



SUMÁRIO

1.ª PARTE

DIREITO MATERIAL

Flávio Tartuce

1	O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SUA POSIÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	3
1.1.	Primeiras palavras sobre o Código de Defesa do Consumidor. O CDC e a pós-modernidade jurídica.....	3
1.2.	O Código de Defesa do Consumidor como norma principiológica. Sua posição hierárquica.....	8
1.3.	O Código de Defesa do Consumidor e a teoria do diálogo das fontes.....	14
1.4.	O conteúdo do Código de Defesa do Consumidor e a organização da presente obra.....	21
2	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	23
2.1.	Primeiras palavras sobre os princípios jurídicos.....	23
2.2.	Princípio do protecionismo do consumidor (art. 1º da Lei 8.078/1990)	26
2.3.	Princípio da vulnerabilidade do consumidor (art. 4º, inc. I, da Lei 8.078/1990)	28
2.4.	Princípio da hipossuficiência do consumidor (art. 6º, inc. VIII, da Lei 8.078/1990)	31
2.5.	Princípio da boa-fé objetiva (art. 4º, inc. III, da Lei 8.078/1990).....	32
2.6.	Princípio da transparência ou da confiança (arts. 4º, <i>caput</i> , e 6º, inc. III, da Lei 8.078/1990). A tutela da informação.....	38
2.7.	Princípio da função social do contrato.....	45
2.8.	Princípio da equivalência negocial (art. 6º, inc. II, da Lei 8.078/1990)	53
2.9.	Princípio da reparação integral dos danos (art. 6º, inc. VI, da Lei 8.078/1990). Os danos reparáveis nas relações de consumo	55
2.10.	Princípios de preservação do mínimo existencial ou patrimônio mínimo dos consumidores e do crédito responsável, para a proteção e o tratamento do superendividamento do consumidor (art. 6.º, incs. XI e XII, da Lei 8.078/1990)	66

3	ELEMENTOS DA RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO	71
3.1.	A estrutura da relação jurídica de consumo. Visão geral	71
3.2.	Os elementos subjetivos da relação de consumo	72
3.2.1.	O fornecedor de produtos e o prestador de serviços. O conceito de <i>fornecedor equiparado</i>	72
3.2.2.	O consumidor. Teorias existentes. O consumidor equiparado ou <i>bystander</i>	77
3.3.	Elementos objetivos da relação de consumo	96
3.3.1.	Produto	96
3.3.2.	Serviço	101
3.4.	Exemplos de outras relações jurídicas contemporâneas e o seu enquadramento como relações de consumo	115
3.4.1.	O contrato de transporte e a incidência do Código do Consumidor	115
3.4.2.	Os serviços públicos e o Código de Defesa do Consumidor	118
3.4.3.	O condomínio edilício e o Código de Defesa do Consumidor	120
3.4.4.	A incidência do Código do Consumidor para os contratos de locação urbana	122
3.4.5.	A Lei 8.078/1990 e a previdência privada complementar	127
3.4.6.	Prestação de serviços educacionais como serviço de consumo	128
3.4.7.	As atividades notariais e registrais e a Lei 8.078/1990	131
3.4.8.	As relações entre advogados e clientes e o Código de Defesa do Consumidor	131
4	RESPONSABILIDADE CIVIL PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	135
4.1.	A unificação da responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade civil objetiva e solidária como regra do Código do Consumidor (risco-proveito). A responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais como exceção	135
4.2.	Análise dos casos específicos de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor	145
4.2.1.	As quatro hipóteses tratadas pela Lei 8.078/1990 em relação ao produto e ao serviço. Vício <i>versus</i> fato (defeito). Panorama geral e a questão da solidariedade	145
4.2.2.	Responsabilidade civil pelo vício do produto	151
4.2.3.	Responsabilidade civil pelo fato do produto ou defeito	168
4.2.4.	Responsabilidade civil pelo vício do serviço	175
4.2.5.	Responsabilidade civil pelo fato do serviço ou defeito	180
4.3.	O consumidor equiparado e a responsabilidade civil. Aprofundamentos quanto ao tema e confrontações em relação ao art. 931 do Código Civil	191
4.4.	Excludentes de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor	200

4.4.1.	As excludentes da não colocação do produto no mercado e da ausência de defeito	201
4.4.2.	A excludente da culpa ou fato exclusivo de terceiro	214
4.4.3.	A excludente da culpa ou fato exclusivo do próprio consumidor.....	216
4.4.4.	O enquadramento do caso fortuito e da força maior como excludentes da responsabilidade civil consumerista. Os eventos internos e externos e o risco do empreendimento.....	218
4.4.5.	Os riscos do desenvolvimento como excludentes de responsabilidade pelo Código de Defesa do Consumidor	233
4.5.	O fato concorrente do consumidor como atenuante da responsabilidade civil dos fornecedores e prestadores	237
4.6.	A responsabilidade civil pelo cigarro e o Código de Defesa do Consumidor	242
4.7.	A responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor e o <i>recall</i>	261
4.8.	A Lei Geral de Proteção de Dados e a responsabilidade civil.....	265
5	A PROTEÇÃO CONTRATUAL PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	271
5.1.	O conceito contemporâneo ou pós-moderno de contrato e o Direito do Consumidor. Os contratos coligados e os contratos cativos de longa duração	272
5.2.	A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor.....	283
5.3.	A função social do contrato e a não vinculação das cláusulas desconhecidas e incompreensíveis (art. 46 do CDC). A interpretação mais favorável ao consumidor (art. 47 do CDC).....	292
5.4.	A força vinculativa dos escritos e a boa-fé objetiva nos contratos de consumo (art. 48 da Lei 8.078/1990). A aplicação dos conceitos parcelares da boa-fé objetiva.....	303
5.4.1.	<i>Supressio e surrectio</i>	306
5.4.2.	<i>Tu quoque</i>	308
5.4.3.	<i>Exceptio doli</i>	309
5.4.4.	<i>Venire contra factum proprium</i>	310
5.4.5.	<i>Duty to mitigate the loss</i>	313
5.5.	O direito de arrependimento nos contratos de consumo (art. 49 da Lei 8.078/1990)	317
5.6.	A garantia contratual do art. 50 da Lei 8.078/1990.....	323
5.7.	As cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor. Análise do rol exemplificativo do art. 51 da Lei 8.078/1990 e suas decorrências	327
5.7.1.	Cláusulas que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos (art. 51, inc. I, do CDC)	328

5.7.2.	Cláusulas que subtraíam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga (art. 51, inc. II, do CDC).....	329
5.7.3.	Cláusulas que transfiram responsabilidades a terceiros (art. 51, inc. III, do CDC).....	331
5.7.4.	Cláusulas que estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou que sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade (art. 51, inc. IV, do CDC)	331
5.7.5.	Cláusulas que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor (art. 51, inc. VI, do CDC).....	337
5.7.6.	Cláusulas que determinem a utilização compulsória de arbitragem (art. 51, inc. VII, do CDC)	338
5.7.7.	Cláusulas que imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor (art. 51, inc. VIII, do CDC)	341
5.7.8.	Cláusulas que deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor (art. 51, inc. IX, do CDC)	342
5.7.9.	Cláusulas que permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral (art. 51, inc. X, do CDC)	342
5.7.10.	Cláusulas que autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor (art. 51, inc. XI, do CDC)	343
5.7.11.	Cláusulas que obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor (art. 51, inc. XII, do CDC)	344
5.7.12.	Cláusulas que autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração (art. 51, inc. XIII, do CDC).....	346
5.7.13.	Cláusulas que infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais (art. 51, inc. XIV, do CDC).....	347
5.7.14.	Cláusulas que estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor (art. 51, inc. XV, do CDC).....	348
5.7.15.	Cláusulas que possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias (art. 51, inc. XVI, do CDC)	350
5.7.16.	Cláusulas que condicionem ou limitem de qualquer forma o acesso aos órgãos do Poder Judiciário (art. 51, inc. XVII, do CDC).....	351
5.7.17.	Cláusulas que estabeleçam prazos de carência em caso de impontualidade das prestações mensais ou impeçam o restabelecimento integral dos direitos do consumidor e de seus meios de pagamento a partir da purgação da mora ou do acordo com os credores (art. 51, inc. XVIII, do CDC)	352

5.8.	Os contratos de fornecimento de crédito na Lei 8.078/1990 (art. 52) e o problema do superendividamento do consumidor. Análise da Lei 14.181/2021. A nulidade absoluta da cláusula de decaimento (art. 53)	358
5.9.	O tratamento dos contratos de adesão pelo art. 54 do Código de Defesa do Consumidor. Purgação da mora e teoria do adimplemento substancial na alienação fiduciária em garantia de bens móveis	383
6	A PROTEÇÃO QUANTO À OFERTA E À PUBLICIDADE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	397
6.1.	Panorama geral sobre a tutela da informação e o Código de Defesa do Consumidor	397
6.2.	A força vinculativa da oferta no art. 30 da Lei 8.078/1990	399
6.3.	O conteúdo da oferta e a manutenção de sua integralidade	406
6.4.	A responsabilidade civil objetiva e solidária decorrente da oferta	412
6.5.	A publicidade no Código de Defesa do Consumidor. Princípios informadores. Publicidades vedadas ou ilícitas	420
6.5.1.	A vedação da publicidade mascarada, clandestina, simulada ou dissimulada (art. 36 do CDC)	421
6.5.2.	A vedação da publicidade enganosa (art. 37, § 1º, do CDC)	422
6.5.3.	A vedação da publicidade abusiva (art. 37, § 2º, do CDC). A publicidade comparativa	430
6.6.	O ônus da prova da veracidade da informação publicitária	435
7	O ABUSO DE DIREITO CONSUMERISTA. AS PRÁTICAS ABUSIVAS VEDADAS PELA LEI 8.078/1990 E SUAS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS	437
7.1.	Algumas palavras sobre o abuso de direito	438
7.2.	Estudo das práticas abusivas enumeradas pelo art. 39 do CDC	441
7.2.1.	Condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos (art. 39, inc. I, do CDC)	441
7.2.2.	Recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes (art. 39, inc. II, do CDC)	449
7.2.3.	Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço (art. 39, inc. III, do CDC)	451
7.2.4.	Prevaler-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista a sua idade, saúde e condição social, para vender-lhe produto ou serviço (art. 39, inc. IV, do CDC)	454
7.2.5.	Exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva (art. 39, inc. V, do CDC)	456
7.2.6.	Executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes (art. 39, inc. VI, do CDC)	461

7.2.7.	Repassar informação depreciativa referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos (art. 39, inc. VII, do CDC)	463
7.2.8.	Colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO (art. 39, inc. VIII, do CDC).....	463
7.2.9.	Recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais (art. 39, inc. IX, do CDC)	464
7.2.10.	Elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços (art. 39, inc. X, do CDC).....	465
7.2.11.	Aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido (art. 39, inc. XIII, do CDC).....	466
7.2.12.	Deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério (art. 39, inc. XII, do CDC)	466
7.2.13.	Permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como máximo (art. 39, inc. XIII, do CDC)	466
7.3.	A necessidade de respeito ao tabelamento oficial, sob pena de caracterização do abuso de direito (art. 41 do CDC)	467
7.4.	O abuso de direito na cobrança de dívidas (art. 42, <i>caput</i> , do CDC). O problema do corte de serviço essencial. A necessidade de prestação de informações na cobrança (art. 42-A do CDC)	468
7.5.	A repetição de indébito no caso de cobrança abusiva (art. 42, parágrafo único, do CDC)	483
8	BANCO DE DADOS E CADASTRO DE CONSUMIDORES	495
8.1.	A natureza jurídica dos bancos de dados e cadastros e sua importante aplicabilidade social. Diferenças entre as categorias.....	495
8.2.	O conteúdo dos arts. 43 e 44 do Código de Defesa do Consumidor e seus efeitos. A interpretação jurisprudencial.....	501
8.2.1.	A inscrição ou registro do nome dos consumidores	502
8.2.2.	A retificação ou correção dos dados.....	504
8.2.3.	O cancelamento da inscrição	509
8.2.4.	A reparação dos danos nos casos de inscrição indevida do nome do devedor. Crítica à Súmula 385 do STJ. Prazo para se pleitear a reparação.....	512

8.2.5.	O cadastro de fornecedores e prestadores e o alcance do art. 44 da Lei 8.078/1990	519
8.3.	O cadastro positivo. Breve análise da Lei 12.414, de 9 de junho de 2011, e da Lei Complementar 166, de 8 de abril de 2019.....	520
9	A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (ART. 28 DA LEI 8.078/1990). ASPECTOS MATERIAIS	529

2.^a PARTE

DIREITO PROCESSUAL

Daniel Amorim Assumpção Neves

10	TUTELA INDIVIDUAL DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	545
10.1.	Introdução	545
10.2.	Meios de solução dos conflitos	547
10.2.1.	Introdução	547
10.2.2.	Jurisdição	548
10.2.3.	Equivalentes jurisdicionais.....	549
10.2.3.1.	Autotutela.....	550
10.2.3.2.	Autocomposição	551
10.2.3.3.	Mediação.....	553
10.2.3.4.	Conciliação e mediação no CPC/2015.....	554
10.2.3.4.1.	Introdução.....	554
10.2.3.4.2.	Centros Judiciários de solução consensual de conflitos	554
10.2.3.4.3.	Local físico da conciliação e mediação.....	555
10.2.3.4.4.	Conciliador e mediador	556
10.2.3.4.5.	Princípios das formas consensuais de solução dos conflitos.....	557
10.2.3.4.6.	Cadastros.....	562
10.2.3.4.7.	Remuneração do conciliador e do mediador	563
10.2.3.4.8.	Impedimento do conciliador e do mediador	563
10.2.3.4.9.	Causas de exclusão.....	564
10.2.3.4.10.	Solução consensual no âmbito administrativo.....	564
10.2.3.4.11.	Conciliação e mediação extrajudiciais.....	565
10.2.3.5.	Arbitragem	565
10.2.3.5.1.	Generalidades	565

10.2.3.5.2.	Arbitragem na relação consumerista	567
10.3.	Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer	572
10.3.1.	Introdução	572
10.3.2.	Tutela jurisdicional	573
10.3.2.1.	Tutela jurisdicional específica.....	573
10.3.2.2.	Tutela inibitória	574
10.3.3.	Procedimento previsto pelo art. 84 do CDC.....	576
10.3.3.1.	Introdução	576
10.3.3.2.	Obtenção de tutela específica ou determinação de providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento	576
10.3.3.3.	Conversão em perdas e danos	577
10.3.3.4.	Tutela de urgência	579
10.3.3.5.	Tutela da evidência.....	582
10.3.3.5.1.	Introdução	582
10.3.3.5.2.	Hipóteses de cabimento	583
10.3.3.6.	Atipicidade dos meios executivos.....	587
10.3.3.7.	Multa.....	592
10.3.3.7.1.	Introdução	592
10.3.3.7.2.	Valor da multa	592
10.3.3.7.3.	Beneficiado pela multa	593
10.3.3.7.4.	Fazenda Pública em juízo	593
10.3.3.7.5.	Alteração do valor e periodicidade da multa.....	594
10.3.3.7.6.	Exigibilidade da multa	598
10.3.3.7.7.	Termo inicial da multa e intimação do devedor	600
10.4.	Competência	600
10.4.1.	Introdução	600
10.4.2.	Competência da Justiça.....	601
10.4.3.	Competência territorial	603
10.4.3.1.	Cláusula de eleição de foro.....	607
10.4.3.1.1.	Introdução	607
10.4.3.1.2.	Súmula 33 do STJ – vedação ao reconhecimento de ofício de incompetência relativa.....	608
10.4.3.1.3.	Flexibilização jurisprudencial à Súmula 33 do STJ.....	608
10.4.3.1.4.	O indevido condicionamento da declaração de nulidade de cláusula de eleição de foro e o reconhecimento de ofício da incompetência relativa.....	610

10.4.3.1.5.	Ineficácia da cláusula de eleição de foro....	611
10.4.3.1.6.	A curiosa criação de uma preclusão judicial temporal.....	612
10.4.4.	Competência do juízo	614
10.5.	Intervenções de terceiros	614
10.5.1.	Introdução	614
10.5.2.	Denúnciação da lide	615
10.5.2.1.	Vedação legal.....	615
10.5.2.2.	Fundamentos da vedação legal.....	616
10.5.2.2.1.	Dilação do tempo de duração do processo em prejuízo ao consumidor.....	616
10.5.2.2.2.	Nova causa de pedir em razão da denúncia da lide.....	619
10.5.2.2.3.	Abrangência da vedação legal	620
10.5.3.	Chamamento ao processo	622
10.5.3.1.	Introdução	622
10.5.3.2.	Espécie atípica de chamamento ao processo	622
10.5.3.3.	Ação diretamente proposta contra a seguradora.....	624
10.5.3.4.	Vedação de integração do Instituto de Resseguros do Brasil.....	626
10.6.	Litisconsórcio alternativo e o Código de Defesa do Consumidor.....	626
10.7.	Inversão do ônus da prova	632
10.7.1.	Ônus da prova	632
10.7.2.	Regras de distribuição do ônus da prova.....	633
10.7.3.	Inversão do ônus da prova	635
10.7.3.1.	Inversão convencional.....	635
10.7.3.2.	Inversão legal.....	636
10.7.3.3.	Inversão judicial	638
10.7.3.3.1.	Requisitos para a inversão judicial.....	641
10.7.4.	Momento de inversão do ônus da prova	645
10.7.5.	Inversão do ônus da prova e do adiantamento de custas processuais.....	650
11	TUTELA COLETIVA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	655
11.1.	Introdução	655
11.1.1.	Tutela jurisdicional coletiva.....	655
11.1.2.	Origem da tutela jurisdicional coletiva.....	657
11.1.3.	Microssistema coletivo	659
11.1.4.	Marcos legislativos	663
11.2.	Espécies de direitos protegidos pela tutela coletiva.....	666
11.2.1.	Introdução	666

11.2.2.	Direitos ou interesses?.....	666
11.2.3.	Direito difuso.....	668
11.2.4.	Direito coletivo.....	670
11.2.5.	Direitos individuais homogêneos.....	672
11.2.6.	Identidades e diferenças entre os direitos coletivos <i>lato sensu</i>	677
11.2.7.	Direitos individuais indisponíveis.....	679
11.3.	Competência na tutela coletiva.....	682
11.3.1.	Competência absoluta: funcional ou territorial?.....	682
11.3.2.	Competência absoluta do foro.....	684
11.3.3.	Dano local, regional e nacional.....	687
11.4.	Legitimidade.....	690
11.4.1.	Espécies de legitimidade.....	690
11.4.2.	Cidadão.....	692
11.4.3.	Ministério Público.....	694
11.4.4.	Pessoas jurídicas da Administração Pública.....	699
11.4.5.	Associação.....	700
11.4.5.1.	Introdução.....	700
11.4.5.2.	Constituição há pelo menos um ano.....	701
11.4.5.3.	Pertinência temática.....	704
11.4.5.4.	Representação adequada (<i>adequacy of representantion</i>)....	704
11.4.5.4.1.	Introdução.....	704
11.4.5.4.2.	Sistema <i>ope iudicis</i> (<i>sistema da common law</i>).....	704
11.4.5.4.3.	Sistema <i>ope legis</i> (<i>civil law</i>).....	705
11.4.5.4.4.	Situação atual no Brasil.....	707
11.4.5.4.5.	Legitimidade extraordinária ou representação processual?.....	709
11.4.6.	Defensoria Pública.....	712
11.5.	Relação entre a ação coletiva e a individual.....	721
11.5.1.	Introdução.....	721
11.5.2.	Litispêndência.....	721
11.5.3.	Conexão e continência.....	722
11.5.3.1.	Conceito.....	722
11.5.3.2.	Insuficiência do conceito legal de conexão.....	724
11.5.3.3.	Vantagens e desvantagens da reunião dos processos.....	726
11.5.3.4.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão.....	728
11.5.3.5.	Especificamente na relação entre ação coletiva e individual.....	730
11.5.4.	Suspensão do processo individual.....	732

11.5.5.	Extinção do mandado de segurança individual.....	734
11.6.	Coisa julgada	735
11.6.1.	Introdução	735
11.6.2.	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	735
11.6.3.	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	741
11.6.4.	Limitação territorial da coisa julgada.....	742
11.7.	Gratuidade.....	748
11.7.1.	Introdução	748
11.7.2.	Isenção de adiantamento	748
11.7.3.	Condenação em verbas de sucumbência	753
11.8.	Liquidação de sentença	756
11.8.1.	Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis	756
11.8.2.	Natureza jurídica da liquidação.....	758
11.8.3.	Legitimidade ativa.....	759
11.8.4.	Competência.....	762
11.8.5.	Espécies de liquidação de sentença.....	764
11.8.6.	Direito difuso e coletivo	766
11.8.7.	Direito individual homogêneo.....	766
11.8.8.	Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo.....	767
11.9.	Execução	768
11.9.1.	Processo de execução e cumprimento de sentença.....	768
11.9.1.1.	Execução por sub-rogação e indireta.....	769
11.9.1.2.	Prescrição.....	774
11.9.2.	Legitimidade ativa.....	777
11.9.3.	Direitos difusos e coletivos.....	779
11.9.4.	Direitos individuais homogêneos.....	780
11.9.4.1.	Introdução	780
11.9.4.2.	Execução por <i>fluid recovery</i>	780
11.9.4.3.	Legitimidade.....	784
11.9.5.	Regime jurídico das despesas e custas processuais.....	787
12	ASPECTOS PROCESSUAIS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	789
12.1.	Introdução	789
12.2.	Responsabilidade patrimonial secundária.....	789
12.3.	Forma procedimental da desconsideração da personalidade jurídica.....	793
12.3.1.	Introdução	793
12.3.2.	Momento.....	794
12.3.3.	Procedimento.....	795

12.3.4.	Forma de defesa do sócio (ou da sociedade na desconsideração inversa).....	799
12.3.5.	Recorribilidade.....	801
12.4.	Desconsideração da personalidade jurídica de ofício.....	802
13	ORDEM PÚBLICA E TUTELA PROCESSUAL DO CONSUMIDOR.....	805
13.1.	Matérias de defesa.....	805
13.2.	Preclusão temporal.....	806
13.3.	Preclusão consumativa.....	810
13.4.	Objecções e natureza de ordem pública das normas consumeristas.....	811
14	HABEAS DATA E DIREITO DO CONSUMIDOR.....	815
14.1.	Introdução.....	815
14.2.	Direito à informação e <i>habeas data</i>	816
14.3.	Hipóteses de cabimento.....	817
14.3.1.	Introdução.....	817
14.3.2.	Direito à informação.....	817
14.3.3.	Direito à retificação de dados.....	818
14.3.4.	Anotação sobre dado verdadeiro.....	818
14.4.	Fase administrativa.....	819
14.4.1.	Interesse de agir.....	819
14.4.2.	Procedimento.....	820
14.4.2.1.	Fase pré-processual.....	820
14.4.2.2.	Fase processual.....	822
14.4.2.2.1.	Introdução.....	822
14.4.2.2.2.	Petição inicial.....	823
14.4.2.2.3.	Posturas do juiz diante da petição inicial...	824
14.4.2.2.4.	Prestação de informações.....	825
14.4.2.2.5.	Intimação da pessoa jurídica de direito público?.....	826
14.4.2.2.6.	Participação do Ministério Público.....	826
14.4.2.2.7.	Instrução.....	826
14.4.2.2.8.	Decisão.....	827
14.5.	Liminar.....	828
14.6.	Legitimidade.....	829
14.6.1.	Legitimidade ativa.....	829
14.6.2.	Legitimidade passiva.....	830
14.7.	Competência.....	831
14.8.	Recursos.....	832

15 ASPECTOS PROCEDIMENTAIS DA LEI 14.181/2021 (SUPERENDIVIDAMENTO)....	835
15.1. Introdução	835
15.2. Cabimento do procedimento nos juizados especiais.....	836
15.3. Processo de repactuação consensual de dívidas	836
15.3.1. Petição inicial	836
15.3.2. Audiência conciliatória	838
15.3.3. Autocomposição	840
15.3.4. Plano	841
15.3.5. Contestação	845
15.4. Revisão e integração dos contratos e repactuação das dívidas.....	847
15.4.1. Introdução	847
15.4.2. Novo processo ou novo procedimento	847
15.4.3. Procedimento	849
15.5. Autocomposição extrajudicial	853
BIBLIOGRAFIA	855